RECOMENDAÇÃO/ACI/CMG Nº 004/2025

Ementa: LGPD. Informação. Dados públicos. Dados privados. Segurança. Proteção de Dados

Ao Presidente da Câmara Municipal de Guaçuí/ES

Exmº. Sr. CARLOS LOMEU DE OLIVEIRA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Guaçuí, por meio de sua **AUDITORA DE CONTROLE INTERNO** que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais inerentes ao exercício da função, amparada pelos artigos 31, 70 74 da Constituição Federal de 1988; artigo 76 da Constituição Estadual; Lei Complementar nº 032/1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Espírito Santo), e Lei nº 4.151/2017;

CONSIDERANDO que a LGPD exige que o tratamento de dados pessoais seja feito de forma transparente, com a participação de diversas áreas da organização para garantir que todos os aspectos da lei sejam cumpridos,

CONSIDERANDO a necessidade de conscientização de todos os colaboradores envolvidos no tratamento de dados;

CONSIDERANDO a necessidade de identificar e mitigar riscos à privacidade dos titulares de dados, contribuindo para a prevenção de danos e a segurança no tratamento de dados;

CONSIDERANDO que a conformidade com a LGPD não é um processo único, mas contínuo, é essencial que a regulamentação e as práticas adotadas sejam revistas regularmente para que se mantenham alinhadas às melhores práticas e aos requisitos legais;

CONSIDERANDO que os órgãos de Controle Externo realizam ações de monitoramento contínuo e fiscalizações, é fundamental que as normas estejam em consonância com a legislação vigente, o que se verificará através dos processos de auditoria interna, que trazem uma visão imparcial e especializada, identificando possíveis lacunas e recomendando ajustes necessários para garantir a conformidade contínua;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que é a principal legislação que regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil, impondo regras para a coleta, uso, armazenamento e compartilhamento desses dados;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.853/2019, que altera a LGPD, tratando de questões como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), suas competências e atribuições, ajustando a regulação do tratamento de dados pessoais no Brasil e detalhando sua aplicação;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet que, embora não trate diretamente da proteção de dados pessoais, complementa a LGPD especialmente em questões relacionadas ao uso de dados pessoais no contexto digital;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.474/2024, que estabelece o Regulamento Interno da ANPD, detalhando suas atribuições e como ela deve conduzir suas ações em relação à regulamentação e fiscalização da LGPD, definindo sua estrutura operacional;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 10.220/2017 – Lei de Acesso à Informação no Espírito Santo (LAI), que assegura o direito de acesso dos cidadãos a informações públicas, desde que não haja restrições legais para sua divulgação;

CONSIDERANDO o Enunciado do TCU nº 25/2022, onde diz que “Os órgãos e entidades da Administração Pública devem adotar medidas para assegurar a conformidade com a LGPD, incluindo a designação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais, a elaboração de políticas internas e a promoção de ações de conscientização.”;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 613/2013 que “Institui Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações da Câmara Municipal de Guaçuí e designa servidores para compor o Comitê”;

CONSIDERANDO que, apesar da vigência do Decreto supramencionado, os servidores ora designados não se encontram mais no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Guaçuí;

CONSIDERANDO que foi constatado que a Câmara Municipal de Guaçuí ainda não implementou a regulamentação interna, nem procedimentos formais voltados à

efetivação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), não havendo instância específica para tratar, coordenar e fiscalizar o cumprimento da norma no âmbito legislativo;

RECOMENDA:

- 1.** A designação de servidores para a composição do Comitê Gestor, expedindo o respectivo documento hábil para nomeação e sua consequente publicação, com representantes das áreas administrativa, legislativa, jurídica e de tecnologia, com a finalidade de coordenar, regulamentar e fiscalizar a implementação e manutenção das ações de conformidade à LGPD no âmbito da Câmara, justificando-se pela complexidade e transversalidade do tratamento de dados no setor público, exigindo abordagem multidisciplinar, contínua e participativa, conforme boas práticas indicadas pela ANPD;
- 2.** A designação formal de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme o art. 23, III da LGPD;
- 3.** A instituição de políticas internas de segurança da informação e privacidade, com diretrizes para tratamento, armazenamento, descarte e compartilhamento de dados;
- 4.** Implementação de controles técnicos e administrativos de proteção de dados, inclusive medidas preventivas contra incidentes de segurança;
- 5.** Capacitação contínua dos servidores públicos e gestores, com foco em boas práticas, riscos e responsabilidades legais.

Encaminho a presente **RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis, contando com Vossa colaboração.

Guaçuí/ES, 10 de Julho de 2025.

STELA VIMERCATI MARTINS
Auditora de Controle Interno